

## Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

### Aviso n.º 1959/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 4566/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66 de 3 de abril de 2016, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do INIAV, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de 240 dias, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, com Maria Manuela Pinto Pereira Berjano, na 2.ª posição e nível remuneratório 15.º

1 de fevereiro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

310231006

### Aviso n.º 1960/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 2231/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37 de 23 de fevereiro de 2016, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do INIAV, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de 240 dias, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017, com António Manuel Segurado Nunes Sequeira, na 2.ª posição e nível remuneratório 15.º

1 de fevereiro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

310231096

## AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

### Gabinetes do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar

#### Despacho n.º 1653/2017

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril, designa-se José Domingos Negreiros Velez para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretor regional adjunto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho.

26 de janeiro de 2017. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*. — 27 de janeiro de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

#### Nota Curricular

##### 1 — Dados pessoais

Nome: José Domingos Negreiros Velez  
Data de nascimento: 23/01/1963;  
Nacionalidade: Portuguesa

##### 2 — Habilitações literárias

Licenciatura em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Évora. Suficiência e investigadora e Diploma de Estudos Avançados pela Universidade da Extremadura (Badajoz).

Doutorando a concluir a tese final de Doutoramento pela Universidade da Extremadura com o título de *Melhoramento de Pastagens Naturais em Zonas Semiáridas Mediterrânicas*.

Curso de Especialização/Pós-Graduação em competitividade do Sistema Agrícola, pelo ICADR; Pós-Graduação em Gestão Autárquica Avançada, pela Universidade Independente; FORGE pelo INA.

##### 3 — Experiência profissional

Consultor Técnico do Grupo Skillmind (2016/2017)

Docente na Escola Superior Agrária de Beja, (Instituto Politécnico de Beja), de setembro de 1990 a outubro de 2013. Responsável pelas disciplinas, entre outras, de Pastagens e Tecnologia de Conservação de Forragens e de Olivicultura.

Vice-presidente da Câmara Municipal de Beja de outubro de 2009 a outubro de 2013.

Presidente do Conselho de Administração do Conservatório Regional do Baixo Alentejo em representação da Câmara Municipal de Beja (novembro de 2011 a outubro de 2013)

Presidente eleito da direção da Associação de Municípios Olivícolas Portugueses, ADEMO (maio de 1998 a outubro de 2011).

Coordenador responsável da Exploração Agrícola da Escola Superior Agrária de Beja (maio de 2005 a setembro de 2008) em representação do Conselho Diretivo (setembro de 2008 a maio de 2009) nomeado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Beja.

Presidente da Escola Superior Agrária de Beja, nomeado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Beja (setembro de 2008 a abril de 2009).

Vice-Presidente eleito do Conselho Diretivo da Escola Superior Agrária de Beja (maio de 2005 a setembro de 2008).

Membro eleito do Conselho Geral do Politécnico de Beja (março de 2000 a junho de 2003).

Vereador, sem regime de permanência, da Câmara Municipal de Moura, com o pelouro de Olivicultura (fevereiro de 1998 a janeiro de 2002).

Membro da Comissão Instaladora do Centro de Estudos e Promoção de Azeite do Alentejo, nomeado pelo então Ministro da Agricultura (maio de 1999 a abril 2000).

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Moura (janeiro de 1994 a janeiro de 1998).

310224292

## MAR

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 1654/2017

Considerando que o artigo 18.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, estabelece que os titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau são recrutados de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há, pelo menos, 10 anos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções;

Considerando que a citada disposição legal estabelece ainda que o recrutamento dos mencionados dirigentes é feito por procedimento concursal, conduzido, sob proposta do membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando que o cargo de diretor do Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) se encontra vago, sendo necessário e urgente proceder à designação de um titular, de forma a assegurar o normal funcionamento deste serviço até à conclusão do respetivo procedimento concursal;

Considerando, ainda, que o regime mais adequado às circunstâncias referidas é o da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor:

1 — Designo, ao abrigo das competências conferidas pelo n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, em regime de substituição, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, o mestre Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira para exercer o cargo de diretor do GAMA, a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro, que aprovou a respetiva orgânica, na versão em vigor.

2 — Fica revogado o meu Despacho n.º 8878/2016, de 4 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de julho de 2016.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o presente despacho e, bem assim, a nota curricular do designado, em anexo, são publicados no *Diário da República*.

4 — O presente despacho produz efeitos a 23 de janeiro de 2017.

2 de fevereiro de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

### Nota Curricular

Licenciado em Ciências Militares Navais pela Escola Naval.

Master of Science in Electrical Engineering e Electrical Engineer pela Naval Postgraduate School em Monterey, EUA. MBA em Gestão de Informação pela Universidade Católica Portuguesa.

Serviu na Armada Portuguesa durante 20 anos.

Exerceu cargos de administração em várias empresas nas áreas das telecomunicações, da formação e da consultoria em gestão empresarial.

Foi responsável pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, presidente do conselho diretivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, presidente da Comissão Técnica do Registo Internacional da Madeira, chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Mar, responsável pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, diretor-geral de Recursos Naturais, Serviços e Segurança Marítima, gestor do PROMAR e representante nacional no conselho de administração da Agência Europeia de Segurança Marítima.

310238127

### Despacho n.º 1655/2017

Considerando que o artigo 18.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, estabelece que os titulares dos cargos de direção superior de 2.º grau são recrutados de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há, pelo menos, oito anos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções;

Considerando que a citada disposição legal estabelece ainda que o recrutamento dos mencionados dirigentes é feito por procedimento concursal, conduzido, sob proposta do membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando encontrar-se vago, face ao estatuído na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, o cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

Considerando ainda que, em caso de vacatura do cargo e de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços, mostra-se adequado o recurso ao regime da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, sendo necessário e urgente proceder à designação de um novo titular, de forma a assegurar o normal funcionamento deste serviço até à conclusão do respetivo procedimento concursal:

1 — Designo, ao abrigo das competências conferidas pela alínea b) do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, em regime de substituição, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, a Licenciada Isabel Maria Ventura Cerejeira Torres, para exercer o cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, a que se refere a segunda parte do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro, que aprovou a respetiva orgânica;

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o presente Despacho e, bem assim, a nota curricular da designada, em anexo, são publicados no *Diário da República*.

3 — O presente despacho produz efeitos a 30 de janeiro de 2017.

2 de fevereiro de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

### Nota Curricular

Isabel Maria Ventura Cerejeira Torres licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, em 1981.

Ingressou na Administração Pública em 1980. Desde 1985, desempenha funções na área das pescas e do mar, tendo sido destacada durante um ano, como perita nacional na Comissão Europeia. Tem exercido funções nas áreas do Planeamento, dos Fundos Europeus, dos apoios nacionais ao sector da pesca, bem como no domínio da informação estatística, sendo diretora de serviços desde 1993. Foi gestora da Iniciativa Comunitária PESCA, responsável pela estrutura segregada de controlo do PO-PESCA no QCAIII e coordenadora do Plano Estratégico Nacional-PESCA (2007-2013). Desde 2010 é vogal do Conselho de Administração do FOR-MAR.

Desde janeiro de 2013 desempenhava funções como Diretora de Serviços de Planeamento, Informação e Estruturas na Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, nas áreas funcionais

da frota de pesca, indústria e mercados e, ainda, planeamento e estatística. No âmbito do planeamento acompanhou as negociações do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas e do PO Mar 2020.

310238151

### Despacho n.º 1656/2017

Considerando que o artigo 18.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, estabelece que os titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau são recrutados de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há, pelo menos, dez anos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções;

Considerando que a citada disposição legal estabelece ainda que o recrutamento dos mencionados dirigentes é feito por procedimento concursal, conduzido, sob proposta do membro do Governo com poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando ainda que, em caso de vacatura do cargo e de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços, mostra-se adequado o recurso ao regime da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor:

1 — No uso das competências que me foram atribuídas pela alínea b) do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro e face ao estatuído na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor e na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, defiro o pedido de cessação da comissão de serviço do Mestre Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira no cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, com efeitos a 22 de janeiro de 2017;

2 — Considerando que da aceitação do pedido de cessação de funções do referido Diretor-Geral resulta a vacatura do cargo, sendo necessário e urgente proceder à designação de um novo titular, de forma a assegurar o normal funcionamento deste serviço até à conclusão do respetivo procedimento concursal, designo, ao abrigo das competências conferidas pela alínea b) do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, em regime de substituição, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, o Mestre José Carlos Dias Simão, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, a que se refere a primeira parte do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro, que aprovou a respetiva orgânica;

3 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o presente Despacho e, bem assim, a nota curricular do designado, em anexo, são publicados no *Diário da República*.

4 — O presente despacho produz efeitos a 23 de janeiro de 2017.

2 de fevereiro de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

### Nota Curricular

1 — Dados Pessoais

Nome: José Carlos Dias Simão

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 20 de dezembro de 1969

2 — Habilitações Académicas

2013 Mestrado em Ciências Empresariais, ESCE-IPS

2004 Pós-graduação em Sistemas de Informação, IST

2002 Pós-graduação em Gestão Portuária e do Transporte Marítimo, ISEG

1999 Licenciatura em Engenharia de Informática, ISIG-COCITE

3 — Atividade Profissional

Desde 2006, Diretor de Planeamento, Sistemas e Comunicação na Administração dos Portos de Sines e do Algarve

2003/2006, Chefe de Divisão da Unidade de Sistemas de Informação na Administração do Porto de Sines

2001/2003, Chefe de Divisão do Centro de Despacho de Navios na Administração do Porto de Sines

1999/2001, Chefe de Serviço na Divisão de Sistemas Industriais na Administração do Porto de Sines

1994/1998, Técnico de Operações Portuárias e de Segurança na Administração do Porto de Sines

1987/1994, Técnico em eletrotecnia e instrumentação na zona industrial de Sines

310237236